



PUC-SP

Prof. Dr. Rubens R. Sawaya
Assistente: Nathália Rocha

Pontifícia Universidade Católica De
São Paulo - Programa De Estudos

Fracasso político e econômico da política de austeridade Brasil

1. SITUAÇÃO ECONÔMICA

ATIVIDADE ECONÔMICA

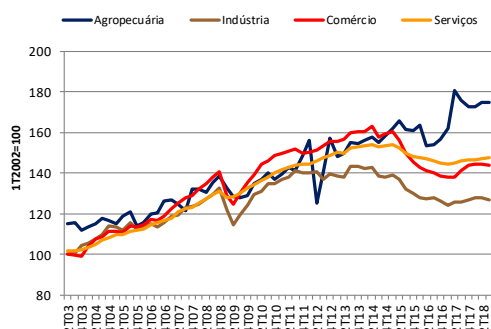
Estava tudo planejado e acordado. Imaginava-se que uma vez a presidente eleita impedida de governar, o pacote de medidas de austeridade fiscal com cortes nos gastos sociais, reforma trabalhista, reforma do sistema de aposentadoria (que não ocorreu), a abertura às corporações transnacionais para a exploração de petróleo e geração de energia pela privatização da Petrobras (em fatias) e da Eletrobrás, o país recuperaria a imaginária "credibilidade" necessária para crescer. Acreditava-se que um novo presidente amigável às reformas seria eleito, favorável aos interesses políticos e econômicos que organizaram o impedimento da presidente.

O resultado foi o oposto. As reformas contribuíram para jogar o país numa brutal recessão e estagnação. A crise econômica se transformou em política e se reflete não apenas no baixo

investimento e na estagnação da produção, mas no nervosismo dos mercados. Criou enorme volatilidade nas taxas de câmbio, no mercado de ações e nos fluxos de capitais internacionais. Foi constatado o fracasso da estratégia, como já se apontou em versões anteriores desse boletim.

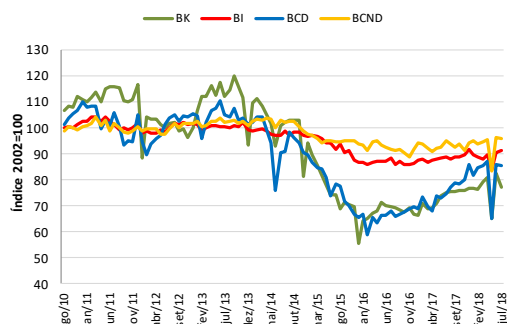
O Brasil encontra-se estagnado. Cresceu em média nos dois últimos trimestres 0,1% contra os trimestres anteriores. As previsões para o ano só caem e talvez se alcance 1% de crescimento sobre 2017. A produção industrial (Gráfico 1) na comparação do primeiro semestre de 2018 contra o mesmo período de 2017, apesar do crescimento de 8,6% em Bens de Capital e 14,6% em Bens de Consumo Duráveis, no geral cresceu 2,3%, longe ainda de recuperar os níveis de produção de 2014 (Gráfico 2). Dado de utilização da capacidade produtiva da indústria mostram uma ligeira piora ao cair para 76,7% em junho contra 77,2% no mesmo período de 2017. Dados do comércio também apontam queda de 0,5% em julho contra junho (Gráfico 1).

**Gráfico 1
PIB (com ajuste sazonal)**



Fonte: IBGE

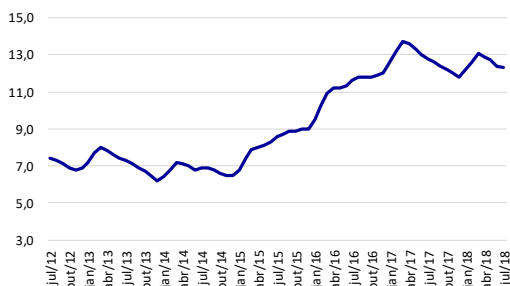
**Gráfico 2
Produção industrial por categoria de uso (com ajuste sazonal)**



Fonte: IBGE

A taxa de desemprego (Gráfico 3) permanece elevada em 12,3% (12,9 milhões de pessoas), pouco inferior aos 13% observados no início de 2017. Grande parte da queda deve-se ao aumento do emprego precário informal e da diminuição dos que procuram emprego pelo desalento, porque desistem (estimado em quase 5 milhões de pessoas).

Gráfico 3. Taxa de desocupação, trimestral móvel (%)



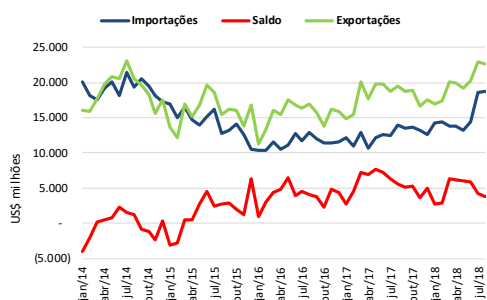
Fonte: PNAD-IBGE

Esses dados demonstram que, apesar da propagandeada retomada do crescimento em 2018, quanto mais o ano passa, mas se frustra. Pode-se inclusive dizer que a ligeira recuperação em relação à 2017 no início de 2018 foi resultado dessa propaganda. A expectativa para 2018 é de estagnação, o que significa manter os níveis de produção e consumo de 2017 que já eram extremamente baixos por conta de dois anos de queda. O cenário para 2019 é imprevisível, principalmente pela situação política e pela dúvida quanto à capacidade de um novo governo colocar a economia em rota de crescimento. Se ganhar alguém que mantenha a política de austeridade que caracterizou os últimos 3 anos, não se pode esperar crescimento. Se, por outro lado, ganhar algum candidato que pretenda fazer uma política de crescimento, este terá que enfrentar uma ferrenha oposição dos grupos sociais que querem as reformas recessivas.

SETOR EXTERNO

O Brasil continua com uma situação folgada no setor externo. O volume de reservas alcança US\$ 381000 milhões (equivalente a 400% dos débitos externos). Tanto o saldo comercial positivo como o investimento direto estrangeiro devido às privatizações em curso no Brasil, apesar de sua queda relativa de 17,5% na comparação do acumulado de janeiro a julho de 2018 contra 2017, têm contribuído para a elevação das reservas, a despeito do histórico saldo negativo que o Brasil possui na Conta Transações em razão da conta Serviços (juros e royalties).

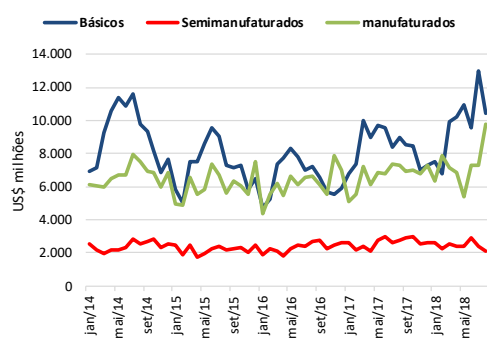
Gráfico 4. Balança comercial



Fonte: BCB

As exportações cresceram 9,0% no acumulado de janeiro a agosto de 2018 em relação à 2017 (Gráfico 4), com tendência de queda dada pela crise Argentina entre maio e julho. As exportações para este país já apresentavam uma queda de 14,3% comparado ao mesmo período do ano passado. As exportações de produtos básicos (soja e minérios) continuam de vento em popa com um crescimento acumulado de 12,3% na comparação de janeiro a agosto de 2018 contra 2017. Já as exportações do segmento de semimanufaturados (Gráfico 5), caíram 4,0% na mesma base de comparação. Na mesma base ainda, as exportações de manufaturados cresceram 10,7%, de um lado, ainda não sofrendo o impacto da crise argentina e, de outro, refletindo o baixo crescimento econômico interno.

Gráfico 5. Exportações



Fonte: BCB

A desvalorização cambial (Gráfico 10) e a continuidade do baixo crescimento interno poderiam ajudar as exportações se não fosse a crise

Argentina, o principal mercado do Brasil em manufaturados. As exportações para o resto do mundo de produtos básicos são dolarizadas e são pouco ou nada influenciadas pela desvalorização cambial.

As importações cresceram 23,8% no acumulado de janeiro a agosto de 2018 contra 2017. Refletem a expectativa do início de ano de crescimento da economia brasileira, hoje frustrada. Também aponta que o ajuste de estoques de produtos industrializados para o mercado interno foi realizado por bens importados e não por investimentos na produção nacional. O crescimento das importações da indústria de transformação foi de 17,7%, contra um crescimento da produção de 1,7% no segundo trimestre de 2018 contra 2017.

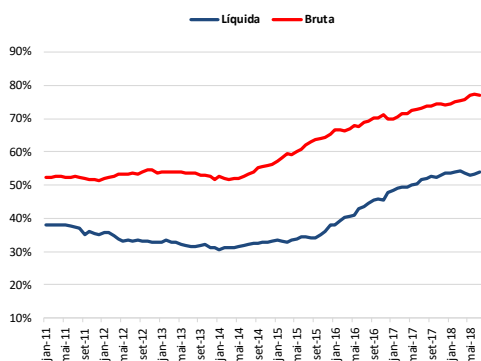
Esse movimento das importações deve diminuir pela alta do dólar que se manterá pelo menos até após as eleições.

SETOR PÚBLICO E POLÍTICA FISCAL

A tentativa frustrada de ajuste fiscal continua pautando a política econômica e mantendo a economia em baixo crescimento. Enquanto isso, o déficit fiscal se mantém elevado (estimado em R\$ 150.000 milhões em 2018), assim como a relação dívida/PIB só cresce. A dívida bruta continua se aproximando dos 80% do PIB (Gráfico 6).

Isso deixa claro que, como já se afirmava em números anteriores desse informe, a estratégia não cumpre o que almeja. Assim, apesar de todos os cortes, do desmantelamento das políticas sociais e dos investimentos públicos, a situação fiscal continua a se deteriorar.

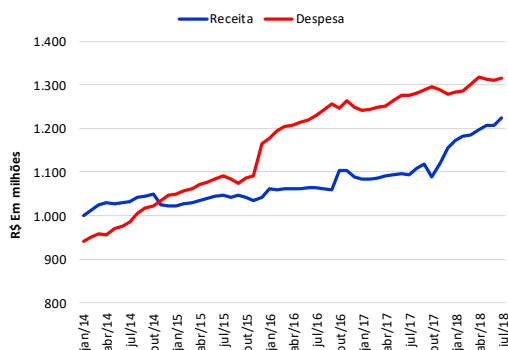
Gráfico 6. Dívida Setor público, em % do PIB



Fonte: BCB

O ajuste fiscal conseguiu estabilizar as despesas que cresceram 5,2% no acumulado de janeiro a julho de 2018 em relação a 2017. As receitas se modificaram de maneira positiva. Cresceram 11,1% no mesmo período de comparação (Gráfico 7). Parte desse crescimento das receitas deve-se à ligeira recuperação das taxas de crescimento econômico no semestre, demonstrando que esta é a melhor forma de resolver a questão fiscal. Outra parte das receitas são provenientes de fatores pontuais que não se repetirão. Como a taxa de crescimento do PIB até o final do ano deve diminuir, as receitas também deverão estacionar.

Gráfico 7. Resultado Primário - acum 12 meses



Fonte: Tesouro Nacional

De outro lado está o tamanho do gasto com juros que nunca está na pauta do ajuste. Apesar da queda nas taxas básicas, as despesas com juros alcançam 6% do PIB. Este é o

verdadeiro fator que provoca o crescimento do estoque de dívida do setor público (Gráfico 6), gasto que não gera nenhum impacto positivo sobre a atividade econômica e, portanto, sobre as receitas com impostos.

Os dados demonstram que a melhor forma de resolver o problema fiscal é com o crescimento econômico e diminuição das taxas de juros básicas de forma persistente.

POLÍTICA MONETÁRIA INFLAÇÃO E TAXA DE CAMBIO

No início de 2018 o Governo anunciava sua perspectiva de crescimento econômico para o ano da ordem de 3%. Pensava que, ao ter feito a "lição de casa" fundada nas políticas de corte de gastos públicos, a credibilidade dos agentes seria recuperada e os investimentos voltariam em 2018. Em alguns momentos até aventou a possibilidade de elevar a taxa básica de juros frente à ligeira elevação da inflação (Gráfico 9). Para sua surpresa, o crescimento não foi retomado e, lentamente ao longo do primeiro semestre, a economia deslizou para taxas de crescimento cada vez menores. As expectativas foram frustradas. A ascensão da inflação nada tinha a ver com alguma retomada.

Diante de taxas de crescimento descendentes, o Banco Central foi obrigado a manter baixa a taxa de juros básica, apesar das pressões inflacionárias que surgiram pela desvalorização real cambial (Gráfico 10) de 7,6% - quando se compara a média de janeiro a agosto de 2018 contra o mesmo período de 2017 - levou à reajustes de preços de diversos produtos, principalmente dos combustíveis, preços tecnicamente dolarizados.

A contradição estava posta. As taxas de inflação subiam ao mesmo tempo em que a desaceleração do crescimento se agravava. É por isso que o Banco Central deixou a taxa

real de juros cair continuamente em 2018 (gráfico 8) até atingir 2% em julho, reproduzindo um movimento que vinha ocorrendo desde 2017 pelo mesmo motivo: a recuperação frustrada.

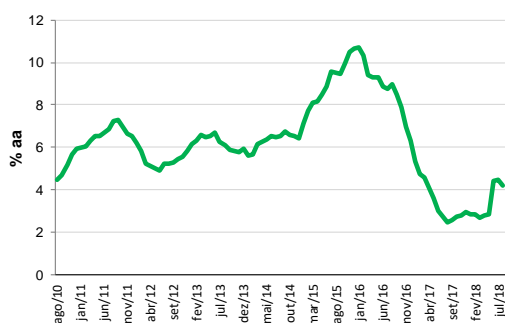
Gráfico 8
Taxa de Juros Básica (SELIC)



Fonte: BCB

Não estava previsto inflação com estagnação depois de uma queda de quase 8% no PIB em 2015 e 2016. Pela lógica, com o anúncio de responsabilidade fiscal que fundamenta a teoria da "credibilidade", o crescimento deveria ser retomado, o que não ocorreu. Ensaiou-se alguma elevação na produção no início de 2018, fundada em importações e ocupação da capacidade ociosa, mas logo todos perceberam que a retomada não ocorreria.

Gráfico 9. Inflação, em %

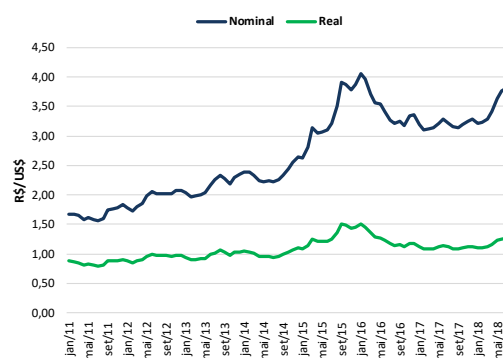


Fonte: IBGE

Culpam a greve dos transportes de carga (caminhões) pela inflação e desaceleração. Agora culpam o fato de o candidato favorável ao plano

frustrado não ter decolado nas pesquisas, o que teria abalando a credibilidade. Não querem encarar o fato de que a retomada não está relacionada à política monetária nem à taxa de inflação na meta, muito menos com o ajuste fiscal contracionista que, ao contrário, deprime a demanda agregada e efetiva. O problema está na estratégia baseada em erros teóricos de como funciona o mundo real. A "contração fiscal expansionista" não funciona.

Gráfico 10. Taxa de cambio



Fonte: BCB/IBGE deflacionado (dez-2000)

2. PERSPECTIVAS ECONOMICAS

Os erros de política econômica fundados na teoria da "contração fiscal expansionista" (equivalência Ricardiana) estão custando caro ao país. Provocou a maior recessão da história entre 2015 e 2016, sem qualquer perspectiva hoje de retomada do crescimento. A economia encontra-se estagnada. Ao contrário do que imaginava, criou uma profunda crise fiscal que hoje está próxima de impedir políticas ativas do Governo para a retomada do crescimento. As políticas de privatização retiraram das mãos do Estado a maior empresa Estatal nacional, a Petrobras, que representava enquanto grupo 26% da produção industrial e 6% do PIB nacional, portanto com enorme poder de alavanca do crescimento. A dívida pública atinge quase 80% do PIB, dificultado também a execução de

políticas fiscais expansionistas. Está cada vez mais difícil sair da estagnação em que colocaram o país. Soma-se a isso a enorme crise política criada no processo. Mesmo com eleições, o novo presidente terá um grande problema para resolver.

3. SITUAÇÃO POLÍTICA

A estratégia após o impedimento da presidente (Dilma Rousseff) em 2016 era criar uma situação que acabasse com seu partido, o Partido dos Trabalhadores (PT), ao prender seu líder (Lula). Assim abriria espaço para um candidato confiável e amigável às reformas (trabalhista, previdenciária e de apoio a privatização da Petrobras e Eletrobrás). O candidato preferido, mesmo com todo apoio da mídia e das grandes corporações e Bancos (Alckmin do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB) não conseguiu se viabilizar eleitoralmente (está com 8% das intenções de voto).

O líder do PT, diante das fracas acusações que o levaram à prisão, mantém seu papel de protagonista. Seu candidato (Haddad) está em vias disputar o segundo turno pelos dados das pesquisas (21% das intenções de voto). Mesmo que não consiga e outro candidato (Ciro Gomes do Partido Democrático Trabalhista - PDT) chegue ao segundo turno, não é o que havia sido planejando pelos defensores das reformas e que do impedimento da presidente em 2016. Ao contrário, este último promete em seus discursos desfazer algumas das reformas (a trabalhista por exemplo) e reverter a privatização da Petrobrás.

De outro lado está o candidato do Partido Social Liberal (PSL) líder nas pesquisas com 31%, Bolsonaro, candidato que cresceu do nada, cultivado pela mídia no bojo da estratégia para derrubar a presidente e usado na campanha contra o PT que seguiu essa estratégia. Extremista e radical de direita, apoiador do Golpe Militar de 1964, está longe de proporcionar o grau de controle sobre a política desejado pelos que defendem as reformas (bancos privados nacionais, e empresários nacionais). Não era o candidato que desejavam. Talvez não seja tão rejeitado pelas grandes corporações transnacionais, dado que o economista que fala por ele é um "Chicago Boy", defensor da privatização em geral e que, portanto, manterá em curso a política atual. Esse economista trabalhou no Chile durante a ditadura de Pinochet a convite da turma de Milton Friedman.

Assim, o futuro que se desenha é obscuro. No momento do impedimento à presidente, seus defensores não imaginavam jogar o país em tal caos econômico e político. Há dúvidas até se o resultado do pleito será de fato aceito por eles, principalmente se o candidato que sair vitorioso for Haddad, o que seria para eles uma derrota política. Isso poderia até poderia resultar em uma crise maior pela pressão política que se exercerá sobre Haddad se for eleito.